

Guaranis apelam a Itaipu

Da sucursal de
CURITIBA

Os índios guaranis da região de Ocof, no Oeste do Paraná, entregaram ontem, por intermédio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), uma carta, com 24 assinaturas, ao diretor jurídico Adjunto de Itaipu, Paulo Cunha, na qual pedem uma reunião na aldeia para discutir sua transferência das terras que ocupam atualmente e que serão inundadas pelo reservatório da hidrelétrica.

Na carta, os guaranis afirmam que não querem "uma área pequena" e desmentem que tenham aceito os 200 hectares oferecidos por Itaipu. Manifestam-se "firme em não aceitar" outra proposta que não a de uma área igual a que ocupam atualmente. O documento, muito curto e escrito com duas caligrafias distintas, foi entregue a Paulo Cunha durante reunião com representantes da Funai, do Incra, da Comissão Justiça e Paz e da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai).

Para a maioria dos participantes do encontro, o problema maior não é a extensão da área oferecida e sim os critérios que Itaipu vai adotar para realizar a transferência. Conforme o advogado Carlos Mares de Souza, da Comissão Justiça e Paz, "O essencial é manter uma área indígena, sem dividi-la em lotes titulados a cada índio". A questão do tamanho, para ele, deverá ser definida entre os índios e a Binacional, mas é preciso que Itaipu, a Funai e o Incra admitam que a área seja entregue à comunidade indígena guarani de Ocof, com todas as garantias constitucionais. Mares de Souza explicou que houve consenso, na reunião, sobre a proposta defendida pela Comissão Justiça e Paz, e que no encontro marcado para a próxima quarta-feira, na aldeia de Ocof, os índios e a Binacional deverão chegar a um acordo sobre a extensão das terras.

O diretor jurídico de Itaipu, Paulo Cunha, afirmou que não vê dificuldades para um acordo em torno dos 200 hectares propostos pela hidrelétrica. Trata-se de uma área bem próxima às terras atualmente ocupadas pelos índios, com matas virgens e acesso ao lago da hidrelétrica. Se a proposta for aceita, segundo Paulo Cunha, a demarcação será feita em caráter de urgência pelo Incra e a mudança para a nova área será realizada rapidamente pela Binacional.